



**V REUNIÃO DA CONFERÊNCIA DE MINISTROS
RESPONSÁVEIS PELA JUVENTUDE E PELO
DESPORTO DA CPLP**

**REGIMENTO DA CONFERÊNCIA DE MINISTROS RESPONSÁVEIS PELA
JUVENTUDE E PELO DESPORTO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA**

Aprovado na V Reunião da Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude e do Desporto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na cidade de Lisboa, Portugal, em 6 de Julho de 2007.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

(Definição)

A Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude e do Desporto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), doravante designada por «Conferência» é um órgão intergovernamental de foro multilateral vocacionado para a cooperação nas áreas da Juventude e do Desporto, criado, nos termos do disposto nos artigos 1.º e 5.º do Acordo de Cooperação nos Domínios da Juventude e do Desporto, entre a REPÚBLICA DE ANGOLA, a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, a REPÚBLICA DE CABO VERDE, a REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, a REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, a REPÚBLICA PORTUGUESA, a REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e a REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, assinado na cidade de Lisboa, Portugal, aos seis dias do mês de Julho de 2012.

Artigo 2.º

(Finalidade)

A Conferência, através da Cooperação nas áreas da Juventude e do Desporto, contribui para a realização das finalidades e objetivos da CPLP, regendo-se pelos seus princípios orientadores.

Artigo 3.º

(Objetivos)

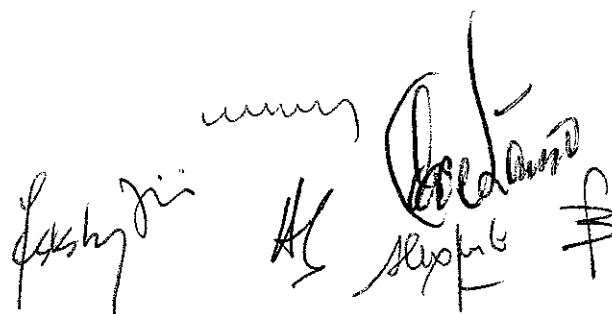
São objetivos gerais da Conferência, nas áreas da Juventude e do Desporto:

- a) Dinamizar e aprofundar a cooperação;
- b) Implementar projetos multilaterais, criando condições de realização regular de eventos e manifestações no espaço da CPLP;
- c) Concertar sobre as políticas e as opções de intervenção, de forma a dar expressão crescente às necessidades e objetivos comuns da CPLP no espaço internacional;
- d) Contribuir para o desenvolvimento económico e social dos Estados membros, através da promoção de eventos e atividades comuns;
- e) Valorizar os recursos humanos dos Estados membros, através do desenvolvimento de políticas de formação de quadros.

Artigo 4.º

(Duração)

A Conferência é instituída por tempo indeterminado.



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature that appears to be 'Lashyji' and others that are less legible.

Artigo 5.º

(Sede)

A sede da Conferência situa-se no Estado que ocupa a Presidência.

Artigo 6.º

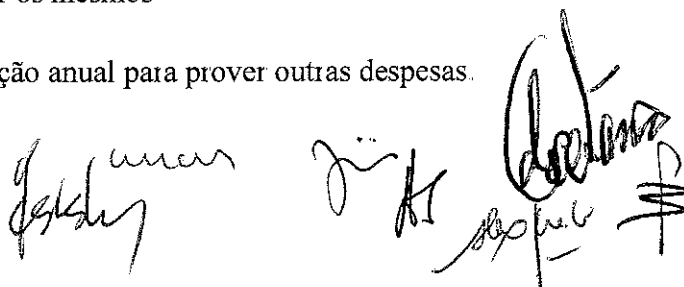
(Língua de Trabalho)

A língua de trabalho da Conferência é o português.

Artigo 7.º

(Encargos Financeiros)

- 1 – Os encargos financeiros, respeitantes ao alojamento, alimentação, transportes internos e organização das reuniões da Conferência são suportados pelo País organizador, cabendo a cada participante suportar os encargos com as respetivas viagens.
- 2 – O número de participantes com despesas pagas pelo País organizador em cada reunião é de quatro ou cinco, correspondendo a um alto funcionário de cada uma das áreas da administração pública da Juventude e do Desporto, bem como ao responsável governamental de cada uma das áreas, no caso em que tal se verifique.
- 3 – Cabe igualmente ao País organizador das reuniões responsabilizar-se pelos encargos de estadia e alimentação do Secretariado Executivo, até um máximo de cinco elementos.
- 4 – Cada País que quiser participar com outros elementos deve responsabilizar-se por todos os encargos, salvo se o País organizador decidir assumir os mesmos
- 5 – A Conferência procede à fixação de uma quotização anual para prover outras despesas.



2 – A utilização das verbas resultantes do pagamento anual das quotizações é tomada por deliberação em reunião da Conferência, devendo preferencialmente ser utilizada em Programas de Cooperação Multilateral.

CAPÍTULO II

COMPOSIÇÃO

Artigo 8.º

(Estados membros)

Os Estados Membros da Conferência são os países signatários ou que formalizaram a sua adesão ao Acordo de Cooperação no Domínio da Juventude e do Desporto, firmado na cidade de Lisboa, Portugal, aos seis dias do mês de julho de 2012:

- a) República de Angola;
- b) República Federativa do Brasil;
- c) República de Cabo Verde;
- d) República da Guiné-Bissau;
- e) República de Moçambique;
- f) República Portuguesa;
- g) República Democrática de São Tomé e Príncipe;
- h) República Democrática de Timor-Leste.

un an

[Handwritten signatures and initials]

Artigo 9.º

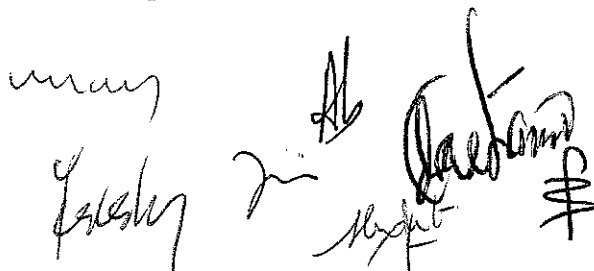
(Observadores e Convidados)

- 1 – Além dos Estados membros referidos no artigo anterior, podem vir a ser admitidos como Observadores, com a categoria de Associado ou Consultivo, outros estados, organizações internacionais ou organizações da sociedade civil, nos termos dos Estatutos da CPLP.
- 2 – A Conferência pode admitir, nas suas iniciativas ou reuniões, a participação de entidades responsáveis pelo fomento de atividades desenvolvidas no âmbito da Juventude ou do desporto, através da atribuição da qualidade de Convidado...
- 3 – O convite é formulado por iniciativa da Conferência ou por solicitação da entidade beneficiária, devendo resultar de uma deliberação dos Estados membros.
- 4 – A qualidade de Observador ou Convidado pode ser retirada, temporária ou definitivamente, sempre que se verifiquem alterações nas condições que fundamentaram a sua atribuição

Artigo 10.º

(Representação)

- 1 – Os Estados membros fazem-se representar na Conferência pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Juventude e do Desporto.
- 2 – A entidade à qual tenha sido atribuída a qualidade de Observador ou Convidado faz-se representar nas reuniões ou nas iniciativas em que participe de acordo com as respetivas regras estatutárias.
- 2 – Para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º, os encargos com a participação dos membros com o estatuto de Observadores ou Convidados são da responsabilidade exclusiva dos próprios.



CAPÍTULO III

FUNCIONAMENTO

Artigo 11.º

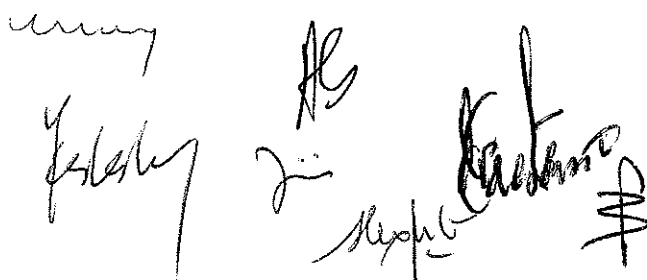
(Plenários e Comissões)

A Conferência reúne-se em plenário, podendo criar, mediante deliberação, comissões especializadas.

Artigo 12.º

(Reuniões ordinárias e extraordinárias)

- 1 – A Conferência reúne-se ordinariamente de ano a ano, respeitando o princípio da rotatividade por ordem alfabética, cabendo a respetiva convocação à Presidência, com a antecedência mínima de três meses.
- 2 – Podem ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência, a qualquer momento, ou a pedido de dois terços dos membros da Conferência, com a antecedência mínima de três meses.
- 3 – As reuniões referidas nos números anteriores, salvo acordo em contrário, realizam-se no Estado membro que detiver a Presidência.





**V REUNIÃO DA CONFERÊNCIA DE MINISTROS
RESPONSÁVEIS PELA JUVENTUDE E PELO
DESPORTO DA CPLP**

Artigo 13.º

(Deliberações)

1 – As deliberações da Conferência são tomadas por consenso de todos os Estados membros, em reuniões ordinárias e extraordinárias, e são vinculativas para todos os Estados membros, Observadores e Convidados.

2 – Os Observadores e Convidados presentes nas reuniões ordinárias ou extraordinárias da Conferência não têm direito a voto.

Artigo 14.º

(Órgãos)

São órgãos da Conferência:

Assembleia geral;

Presidência;

Secretariado Executivo.

Artigo 15.º

(Assembleia geral)

A assembleia geral, composta por todos os Estados membros da Conferência, é o órgão deliberativo, competindo-lhe:

- a) Deliberar sobre as políticas e estratégias a dotar na consecução dos fins enunciados no Acordo de Cooperação nas áreas da Juventude e do Desporto;

- b) Estabelecer prioridades e aprovar os planos os planos e programas de cooperação multilateral, nas áreas da Juventude e do Desporto, e acompanhar o seu desenvolvimento;
- c) Aprovar resoluções que explicitem as decisões tomadas em plenário bem como os princípios orientadores da sua atividade;
- d) Fixar a quotização anual;
- e) Criar e extinguir comissões de trabalho especializadas;
- f) Escolher a Presidência, a Vice-Presidência e o local de realização das reuniões;
- g) Nomear o Secretário-geral, o Secretário-geral adjunto e o Vogal;
- h) Escolher o local de realização dos Jogos Desportivos da CPLP;
- i) Escolher o local de realização da Bienal de Jovens Criadores da CPLP

Artigo 16.º

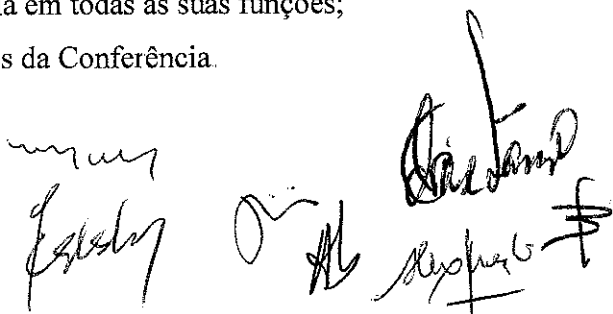
(Presidência e Vice-Presidência)

1 – A Presidência é o órgão executivo, ao qual compete:

- a) Assegurar o desenvolvimento das deliberações e recomendações, bem como do programa multilateral;
- b) Convocar as reuniões da Conferência;
- c) Presidir aos trabalhos das Reuniões da Conferência;
- d) Aprovar a lista do pessoal técnico e administrativo de apoio ao funcionamento do Secretariado;
- e) Exercer quaisquer outras funções que lhe sejam cometidas pela Conferência.

2 – Compete à Vice-Presidência:

- a) Substituir, por falta ou impedimento, a Presidência em todas as suas funções;
- b) Coadjuvar a Presidência na condução das reuniões da Conferência.



Artigo 17.º

(Secretariado)

1 – O Secretariado Executivo é o órgão administrativo da Conferência, composto pelos seguintes elementos:

- a) Secretário-geral
- b) Secretário-geral adjunto;
- c) Vogal.

2 – O Secretário-geral, o Secretário-geral adjunto e o Vogal são altos funcionários da Administração Pública dos Estados membros, designados pela Conferência para um mandato de quatro anos.

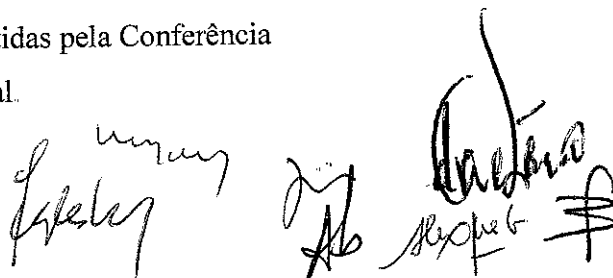
3 – O Secretário-geral é auxiliado nas suas tarefas por pessoal técnico e administrativo.

4 – O Secretário-geral é substituído, nas suas ausências ou impedimentos, pelo Secretário-geral adjunto.

5 – Compete ao Secretariado Executivo:

- a) Divulgar e implementar as deliberações e recomendações da Conferência;
- b) Participar na preparação e organização das reuniões da Conferência e das reuniões de trabalho das comissões especializadas;
- c) Preparar os planos e programas de Cooperação Multilateral nas áreas da Juventude e do Desporto, bem como assegurar a sua execução após aprovação em reunião plenária;
- d) Zelar pelo bom funcionamento administrativo e financeiro da Conferência;
- e) Empreender, sob orientação da Presidência, medidas destinadas a promover os objetivos da Conferência e do Acordo de Cooperação nas áreas da Juventude e do Desporto;
- f) Articular, no cumprimento das suas funções, a atividade do Secretariado com base na consulta aos diversos Estados membros;
- g) Exercer quaisquer outras funções que lhe sejam cometidas pela Conferência

6 – A sede do Secretariado situa-se no País do Secretário-geral.





**V REUNIÃO DA CONFERÊNCIA DE MINISTROS
RESPONSÁVEIS PELA JUVENTUDE E PELO
DESPORTO DA CPLP**

7 – O Secretariado Executivo tem poderes para abrir e fechar contas bancárias em nome da Conferência, movimentar quaisquer montantes de contas bancárias, assinar e requisitar cheques, bem como quaisquer outros títulos bancários.

8 – A conta bancária deve estar sedeadada numa instituição bancária do país de residência dos membros do Secretariado Executivo.

9 – As contas bancárias são movimentadas com a assinatura de dois dos membros do Secretariado Executivo, sendo que uma das assinaturas deve ser a do Secretário-geral.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 18.º

(Revisão do Regimento)

1 – As propostas de alteração ao Regimento são apresentadas pelos Estados-membros, por escrito, e são entregues à Presidência com uma antecedência mínima de dois meses em relação à realização da reunião da Conferência.

2 – A alteração ao Regimento é aprovada por deliberação dos Estados membros.

Artigo 19.º

(Casos omissos)

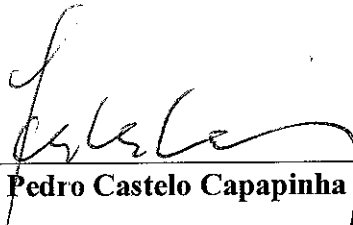
Os casos omissos são resolvidos em Assembleia geral da Conferência.

Artigo 20.º

(Entrada em vigor)

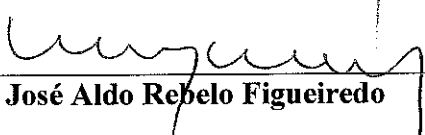
O presente Regimento entra em vigora após a sua aprovação.

Feito na cidade de Lisboa, Portugal, aos seis dias do mês de julho de 2012, em língua portuguesa, num original à guarda do Secretariado Executivo, e oito cópias devidamente entregues a todos os Estados-membros



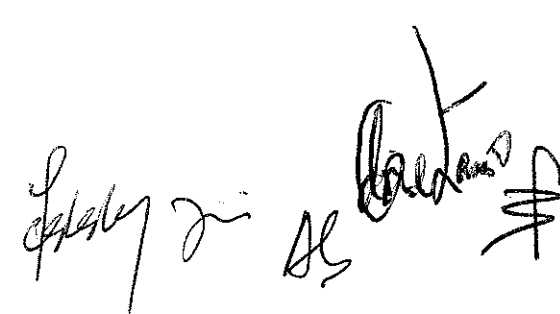
Job Pedro Castelo Capapinha

Vice-Ministro para área da Juventude Angola

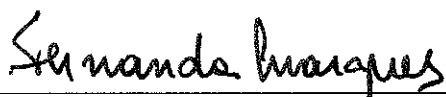


José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministro do Esporte do Brasil

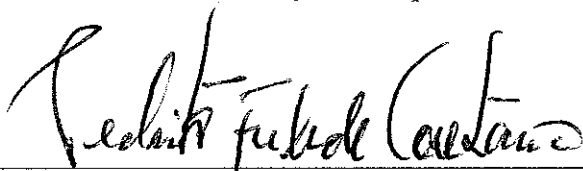


V REUNIÃO DA CONFERÊNCIA DE MINISTROS
RESPONSÁVEIS PELA JUVENTUDE E PELO
DESPORTO DA CPLP



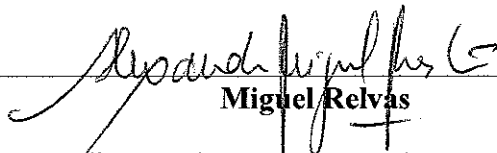
Fernanda Marques

Ministra da Educação e Desporto de Cabo Verde



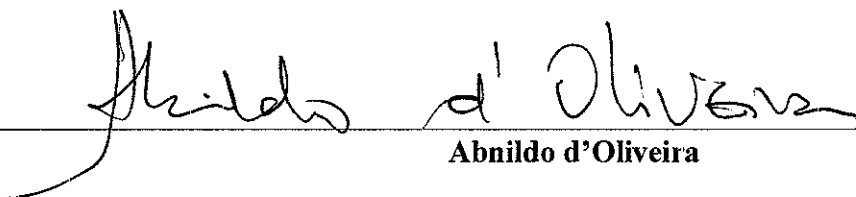
Pedrito Fulede Caetano

Ministro da Juventude e Desportos de Moçambique



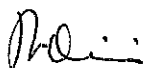
Miguel Relvas

Plo Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares de Portugal



Abnildo d'Oliveira

Secretário de Estado da Juventude e do Desporto de São Tomé e Príncipe



Miguel Marques Gonçalves Manetelu

Plo Secretário de Estado da Juventude e do Desporto de Timor-Leste

